

‘Não podemos nunca relaxar no combate à inflação’, diz presidente da Febraban

O presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, afirmou na quarta-feira (21) que o combate à inflação é um fator preponderante para garantir o crescimento da economia.

“A estabilidade macroeconômica, com inflação baixa, estável, é um alicerce fundamental ao crescimento econômico sustentável e nós não podemos nunca relaxar no combate à inflação”, afirmou o presidente da Febraban e ex-diretor do BC durante evento promovido pela agência de risco Fitch Ratings em São Paulo.

Nesta quarta, o Copom do Banco Central voltou a ignorar a pressão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva

(PT) e de empresários pela redução dos juros e manteve a taxa básica (Selic) em 13,75% ao ano.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e integrantes do governo têm feito ao longo dos últimos meses uma série de críticas ao BC e ao seu presidente, Roberto Campos Neto, pela decisão de manter os juros altos em um momento em que a inflação parece que já começa a perder força.

Também presente no evento, Ricardo Franco Moura, chefe do Dereg (Departamento de Regulação Prudencial e Cambial do BC), afirmou que a autoridade monetária passou por um processo de fragilização ao longo dos últimos anos que coloca em risco a estabilidade financeira do país.

Segundo Moura, desde 2014 não são realizados novos recursos para trazer novos colaboradores para reforçar o quadro da autoridade monetária. Nesse mesmo período, apontou o executivo, os ativos do sistema financeiro no país cresceram entre 15% e 20%.

“Temos um risco idiosincrático no Brasil, que é um processo de fragilização do órgão supervisor e regulador”, afirmou o chefe de departamento do BC, acrescentando que a autoridade monetária exporta talentos tanto para a iniciativa privada quanto para o setor público.

Ele disse ainda que a carreira na autoridade monetária tem uma remuneração mais baixa na comparação com outros órgãos do Estado.

Lucas Bombana/Folhapress



Economia



Descontos na venda de carros chegam a R\$ 400 milhões

Página - 03

Entenda por que cada ponto percentual da Selic pesa R\$ 38 bi na dívida bruta do Brasil

Página - 03



Cemig é condenada por alojamentos precários, com ratos e escorpiões

Página - 05

Justiça Federal libera R\$ 1,9 bilhão para pagar atrasados do INSS

Página - 05



Política

Reforma tributária: “bom a caminho do ótimo”, diz Haddad

Página - 04

Zanin diz a Moro que só irá declarar suspeição em ações da Lava Jato após análise

Página - 04

No Mundo

Rússia estreia tanque kamizake na Guerra da Ucrânia



A Rússia estreou o emprego de tanques kamikaze na Guerra da Ucrânia, recheando antigos blindados com munição obsoleta e direcionando-os sem pilotos para explodir perto das linhas das forças que promovem a contraofensiva da Ucrânia no leste e sul ocupados do país.

É uma novidade de caráter dúbio acerca das capacidades militares de Moscou. Por um lado, é inventivo e barato, dado os enormes estoques acumulados ao longo das quatro décadas da Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos, encerrados com o fim do império soviético em 1991.

Por outro, além da eficácia duvidosa, lança questões no ar sobre o motivo de os russos estarem economizando armamento mais moderno: ele está em falta, como falas de autoridades sugeriram ao longo da semana passada, ou simplesmente está sendo reservado para uma guerra de longo curso contra Volodimir Zelenski?

Sem poder responder a essas questões, ficam os fatos. Desde o fim de semana, o canal no Telegram do Ministério da Defesa da Rússia divulgou em duas ocasiões que antigos tanques da família T-54/55 e blindados leves foram usados contra posições ucranianas no sul de Donetsk, perto de Mariinka, leste do

país invadido por Vladimir Putin em 2022.

O resultado de uma das ações, capturado por drone, é uma gigantesca explosão. Pelo vídeo, é possível ver que o veículo atingiu uma mina terrestre e parou. O ministério diz que ele então foi remotamente detonado, mas a imagem mostra o disparo de um projétil antitanque contra ele a partir da posição ucraniana.

No segundo vídeo, os russos mostram o preparo de um blindado multipropósito leve MT-LB para uma dessas ações kamikaze, sendo armado com cinco bombas de queda livre FAB-100 e 3,5 tonelada de explosivos, mas não há imagem dele em ação.

Igor Gielow/Folhapress

Sons de batidas são ouvidos durante busca por submarino desaparecido

Equipes de resgate detectaram ruídos subaquáticos durante as buscas pelo submersível turístico que desapareceu com cinco pessoas a bordo em uma viagem para explorar os destroços do Titanic, na costa sudeste do Canadá, disse na quarta-feira (21) a Guarda Costeira dos Estados Unidos.

Veículos operados remotamente foram realocados para explorar a origem dos ruídos, que ainda não foi esclarecida. A Guarda Costeira não detalhou a extensão dos sons ou como eles foram captados.

O submersível que transportava turistas ao naufrágio do Titanic desapareceu no oceano Atlântico no domingo (18). Autoridades canadenses e dos EUA fazem uma corrida para localizar o veículo, que na manhã desta quarta teria cerca de 25 horas de oxigênio, segundo estimativas.

Os ruídos foram primeiro captados por um avião cana-

dense P-3. Os sons semelhantes a batidas eram detectados a cada 30 minutos. Quatro horas depois, outro sonar foi ativado, e o barulho ainda era ouvido. Um objeto retangular branco na água também teria sido localizado, segundo a rede CNN.

O submersível Titan é operado pela empresa OceanGate Expeditions, cuja proposta divulgada em seu site é aumentar o acesso do público ao oceano profundo. O CEO da empresa, Stockton Rush, disse à emissora americana CBS que o veículo não exige muita habilidade para condução. “É como se fosse um elevador.”

A empresa responsável pelo submersível foi alertada sobre a insegurança do veículo, mas discordou das avaliações. Por se tratar de uma inovação, justificou a companhia, o empreendimento não atenderia aos padrões atuais de certificação.

Folhapress



Lula encontra papa Francisco no Vaticano com Guerra da Ucrânia na pauta



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, tiveram um encontro com o papa Francisco, no Vaticano, na quarta-feira (20). Eles chegaram por volta das 14h20 no horário local (9h20 em Brasília), posaram para fotos e tiveram uma audiência privada com o pontífice.

O principal tema da conversa girou em torno da Guerra da Ucrânia, em que tanto Lula quanto o líder da Igreja Católica estão empenhados em promover conversas em busca da paz.

Após o encontro, a Santa

Sé disse, em nota, que houve uma “troca positiva de pontos de vista sobre a situação sociopolítica” e que foram abordados temas de interesse comum, como a luta contra a pobreza, o respeito aos povos indígenas e a proteção ao meio ambiente.

Na tradicional troca de presentes, Janja ofereceu ao papa uma gravura de autoria do artista pernambucano J.F. Borges e uma imagem da Nossa Senhora de Nazaré. Lula convidou o papa a visitar a procissão católica do Círio de Nazaré, que ocorre em outubro em Belém, no Pará.

O papa, por sua vez, ofe-

receu alguns itens a Lula, entre eles uma placa de baixo relevo em bronze com a escrita em italiano: “A paz é uma flor frágil”. “Estamos em tempo de guerra, e a paz é muito frágil”, disse Francisco falando em espanhol ao presidente brasileiro, mostra vídeo compartilhado por Lula no Twitter.

Nas redes sociais, Lula disse apenas que agradece ao pontífice, primeiro latino-americano a liderar a Igreja Católica, pela audiência realizada no Vaticano e pela “boa conversa sobre a paz no mundo”.

Michele Oliveira/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Descontos na venda de carros chegam a R\$ 400 milhões



Um dia após a prorrogação da exclusividade para pessoas físicas, o programa de venda de carros com desconto gastou R\$ 400 milhões, divulgou na quarta-feira (21) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O montante equivale a 80% dos R\$ 500 milhões em créditos tributários disponíveis para o programa.

Os descontos patrocinados pelo governo vão de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, mas, segundo o MDIC, muitas empresas têm aplicado margens maiores por conta própria. Lançado há duas semanas, o programa permite que os créditos pedidos pelas montadoras sejam convertidos em

descontos ao consumidor na compra de carros com valor de mercado até R\$ 120 mil.

Em relação aos subsídios de veículos pesados e de passageiros, os valores executados não sofreram alteração nas últimas 24 horas. Os créditos tributários para a venda de caminhões somam R\$ 100 milhões, 14% dos R\$ 700 milhões disponíveis. Para a venda de ônibus, foram concedidos R\$ 140 milhões em crédito, de um total de R\$ 300 milhões disponíveis.

Os dados constam de um painel de dados lançados pelo MDIC com atualizações do programa. A ferramenta permite o acompanhamento de volumes de recursos liberados e a relação de automóveis atendidos. Na terça-feira

(20), o MDIC prorrogou por 15 dias a exclusividade do programa de venda de carros com créditos tributários para as pessoas físicas. Somente após esse prazo, as pessoas jurídicas, como locadoras de automóveis e demais tipos de empresas, poderão comprar carros com desconto.

Em relação ao programa para ônibus e caminhões, não houve adiamento. As empresas podem comprar esses veículos com desconto a partir da quarta-feira.

Até agora, o programa subsidia a compra com desconto de 266 versões de 32 modelos de carros, de nove montadoras diferentes: Renault, Volks, Toyota, Hyundai, Nissan, Honda, GM, Fiat e Peugeot.

3,4 milhões saem da pobreza nas metrópoles brasileiras em 2022

Após alcançar patamar recorde em 2021, o número de pessoas consideradas pobres caiu para 22,7 milhões nas metrópoles brasileiras em 2022.

O resultado significa que, no intervalo de um ano, 3,4 milhões de habitantes deixaram para trás a linha de pobreza nas regiões metropolitanas.

As conclusões são do 13º boletim Desigualdade nas Metrópoles. O estudo analisa informações disponíveis para 22 regiões metropolitanas.

Em 2021, a população considerada pobre nesses locais havia chegado a quase 26,2 milhões. Foi o maior patamar da série histórica iniciada em 2012.

O boletim é produzido pelo laboratório de estudos PUCRS Data Social em parceria com o Observatório das Metrópoles e a RedODSAL (Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina).

Para se ter uma ideia, as 3,4 milhões de pessoas que deixaram a situação de pobreza em 2022 superam, por exemplo, a população inteira estimada para um local como Brasília (cerca de 3,1 milhões).

Apesar da queda, o contingente ainda considerado pobre (22,7 milhões) equivale a mais de um quarto dos habitantes das metrópoles analisadas.

Isso é ilustrado pela taxa de pobreza, que baixou do recorde de 31,3% em 2021 para 27% em 2022, segundo o boletim.

Tanto o número de pobres (22,7 milhões) quanto a taxa (27%) do ano passado ficaram acima dos patamares de 2019, no pré-pandemia. À época, os indicadores estavam em 21,6 milhões e 26,3%.

Os menores níveis da série histórica foram registrados pelo boletim em 2014 (18,4 milhões e 23,4%).

Leonardo Vieceli/Folhapress



Entenda por que cada ponto percentual da Selic pesa R\$ 38 bi na dívida bruta do Brasil



A combinação de valorização do real, queda da inflação, crescimento mais forte da economia e resultados positivos nas contas públicas tem contribuído para compensar parte dos efeitos negativos da alta dos juros sobre os indicadores de endividamento do Brasil.

O próprio Banco Central calcula qual o impacto de alguns desses fatores sobre a dívida bruta do governo geral (que inclui dados de estados e municípios). Esse é atualmente o indicador mais utilizado pelos economistas para medir o endividamento do país e compará-lo a outras economias. De acordo com o cálculo mais recente do BC, um aumento de um

ponto percentual na taxa Selic, mantido pelo período de 12 meses, tem um impacto de R\$ 38 bilhões na dívida bruta, o que corresponde a cerca de 0,4 ponto percentual do PIB.

A elevação na mesma magnitude do IPCA, índice de preços ao consumidor do IBGE que serve como meta de inflação, tem um custo de R\$ 18,4 bilhões (0,18 ponto percentual do PIB).

Uma desvalorização de 1% da taxa de câmbio (alta do dólar) eleva a dívida em R\$ 9,2 bilhões (0,09 ponto do PIB). No caso do câmbio, o impacto é imediato, pois afeta a contabilização do passivo em moeda estrangeira quando convertido para a moeda nacional.

Quando a Selic, a infla-

ção e o dólar caem, os efeitos sobre a dívida são positivos, na mesma magnitude, segundo os cálculos do BC. Nesse caso, foram considerados os impactos divulgados no final de maio, com base nos números de abril.

Outro indicador para medir o endividamento é a dívida líquida do setor público, na qual o valor dos ativos é descontado do passivo. Nesse caso, os impactos para Selic e IPCA são muito próximos dos calculados em relação à dívida bruta.

Em relação ao câmbio, há uma diferença importante, pois o Brasil é credor em moeda estrangeira, ou seja, possui reservas cambiais que superam a dívida externa.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Política

Reforma tributária: “bom a caminho do ótimo”, diz Haddad



A reforma tributária será “um bom a caminho do ótimo”, afirmou na quarta-feira (21) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo o ministro, após a entrada da reforma em vigor – e tendo em mãos resultados iniciais –, será possível, ao longo dos anos, fazer atualizações em direção ao “mundo desejável” que seria o da diminuição de alíquotas sobre o consumo. A declaração foi feita na terça-feira (21), durante o seminário Reforma Tributária: A Hora é Agora, na sede da CNI, em Brasília.

“Falamos que o ótimo é inimigo do bom, mas existe o bom que é amigo do ótimo. O bom que é amigo do ótimo é aquele que aponta para o ótimo. Não existe nada nessa reforma que nos impeça, no

futuro próximo, de aperfeiçoá-la”, enfatizou Haddad.

O ministro disse ter ouvido muitos comentários sugerindo uma proposta da reforma tributária “mais radical”. Ele, no entanto, alerta que “a mais radical não passaria”, uma vez que há interesses que precisam ser contemplados.

“A gente tem que ter maturidade para apontar a direção correta, dada com relação de forças, e impulsionar o país. Você vai ver que, naturalmente, no próximo período, poderemos fazer uma discussão muito mais atenuada sobre a questão de quais novos passos poderão ser dados”, argumentou.

No segundo momento, “quando se aumenta a base, quem sabe se permita, no tempo, diminuir as alíquotas do imposto do consumo, o que

seria o mundo desejável: diminuir as alíquotas sobre consumo, independentemente de a reforma [incidir] sobre renda. Diminuir pelo fato de se ter ampliado a base, permitindo uma alíquota mais compatível com a experiência internacional”, complementou.

“Nós já perdemos muito tempo. O Brasil tem um dos piores sistemas tributários do mundo, e não dá mais, nem para governantes, nem para contribuintes, contar com o sistema atual. Sem a reforma, fica muito mais difícil gerenciar até a regra fiscal. O Brasil tem um sistema de justiça que gasta 2% do PIB. Isso é quatro vezes mais do que o segundo colocado no mundo. Olhem para isso: 40% do custo do sistema judiciário é litígio tributário”, disse o ministro.

Pedro Peduzzi/ABR

Zanin diz a Moro que só irá declarar suspeição em ações da Lava Jato após análise



A esperada interação entre Cristiano Zanin, indicado por Lula ao STF, e o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) na sabatina do Senado na quarta-feira (21) girou em torno da possibilidade de o advogado julgar processos da Operação Lava Jato e ocorreu sem sobressaltos.

O advogado disse que irá analisar caso a caso antes de se declarar impedido ou suspenso.

“Num passado recente, quase tudo o que funcionava em varas especializadas criminais muitas vezes recebia a etiqueta de Lava Jato. Isso não é para mim um critério para um controle jurídico, mas sim aquele que a lei prevê, que é analisar as partes e

Bolsonaro vai ao Senado na véspera de julgamento no TSE por crimes na eleição

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi ao gabinete de seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), na manhã de quarta-feira (21). Essa é a segunda vez neste mês que Bolsonaro visita o filho mais velho no Senado.

Nesta quarta, o Senado sabatina Cristiano Zanin, advogado de Lula (PT) e indicado pelo mandatário ao STF, e debate o novo arcabouço fiscal.

Bolsonaro enfrenta na quinta (22) julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que pode levá-lo inelegibilidade por abuso de poder político nas eleições de 2022.

O conteúdo e as circunstâncias da reunião com embaixadores realizada pelo então presidente no ano passado está no centro da ação eleitoral que começará a ser julgada pela Justiça Eleitoral e que pode torná-lo inelegível por oito anos.

Na ocasião, a menos de três meses do primeiro turno, Bolsonaro fez afirmações

falsas e distorcidas sobre o processo eleitoral, alegando estar se baseando em dados oficiais, além de buscar desacreditar ministros do TSE.

A avaliação de ministros e advogados nos bastidores é que as duas últimas trocas no tribunal, que contaram com influência do ministro Alexandre de Moraes, tornaram o cenário ainda mais desfavorável a Bolsonaro.

A corte tem sete ministros. O presidente é Moraes, que conduz os inquéritos contra Bolsonaro no STF (Supremo Tribunal Federal) e se tornou o principal algoz do bolsonarismo no Judiciário.

A vice-presidente do tribunal eleitoral, Cármen Lúcia, também já deu demonstrações públicas de contrariedade às ideias defendidas pelo ex-chefe do Executivo. Na eleição do ano passado, Bolsonaro chegou a acusá-la de trabalhar para derrotá-lo nas eleições e eleger o presidente Lula (PT).

João Gabriel/Folhapress



o conteúdo”, afirmou.

“Uma vez identificada uma hipótese de impedimento e suspeição, não terei o menor problema em declarar o impedimento ou a suspeição e não participar do julgamento.”

Zanin e Moro têm rugas desde que o advogado defendeu Lula na Lava Jato, da qual Moro era juiz.

Durante a sua carreira como advogado de Lula, Zanin ficou conhecido por questionar a imparcialidade dos juízes que julgavam as ações contra o presidente, muitas vezes apontando o que considerava serem relações suspeitas.

Lula teve condenações anuladas porque o Supremo considerou parcial o ex-juiz Sergio Moro, a partir de um recurso apresentado por Zanin.

Na sabatina, Moro afirmou a Zanin que faria perguntas duras, mas que não se tratava de questões pessoais. Ele pediu, por exemplo, que ele detalhasse a sua relação com o presidente Lula e se ele foi, de fato, padrinho de casamento do petista com Janja.

“[A proximidade] vai além da relação como advogado particular?”, indagou. Moro também questionou se ele atuou na revisão do acordo de leniência da JBS como advogado e se, nesse caso, ele se daria por impedido em julgar a revisão de acordo de empresas na Operação Lava Jato.

Ele respondeu a mesma coisa, que irá analisar possibilidades de impedimento e de suspeição caso a caso.

José Marques/Folhapress



Justiça Federal libera R\$ 1,9 bilhão para pagar atrasados do INSS



Aposentados do INSS que venceram ações de concessão ou revisão do benefício na Justiça podem ter direito de receber os valores devidos neste mês. O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 1,9 bilhão para pagar os atrasados.

Ao todo, serão contemplados 118.634 beneficiários que ganharam 92.133 processos contra o instituto. O valor irá quitar as chamadas RPVs (Requisições de Pequeno Valor), que são atrasados de até 60 salários mínimos.

O montante total de RPVs chega a R\$ 2,2 bilhões, pois contempla também as demais requisições de pequeno valor. Dentre as ações estão processos de servidores que derrotaram o governo federal na Justiça e têm direito de receber o dinheiro, desde que haja ordem de pagamento do juiz. Ao todo, serão beneficiados 194.011 cidadãos que venceram 156.097 processos.

Para receber neste lote de

junho, é preciso que o processo tenha chegado totalmente ao final, sem possibilidade de recurso do INSS. Além disso, a ordem de pagamento deve ter sido emitida pelo juiz em alguma data do mês de maio.

O dinheiro cai na conta do segurado após a liberação feita pelo TRF (Tribunal Regional Federal). Os tribunais abrem contas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal em nome do aposentado ou de seu advogado para fazer o depósito. Esta etapa de abertura de contas é chamada de processamento.

A consulta para saber se irá receber neste mês é feita no site do TRF de sua região. Em São Paulo e Mato Grosso do Sul, por exemplo, o cidadão pode consultar o site do TRF-3: trf3.jus.br.

As RPVs deste ano têm dois limites. Até o dia 30 de abril, valem R\$ 78.120, com o salário mínimo em R\$ 1.302 que vigorou no país de 1º de janeiro até então.

Cristiane Garcia/Folhapress

STF marca julgamento de 45 acusados de participar de atos golpistas

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou o julgamento de mais 45 acusados de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro.

A partir de sexta-feira (23), a Corte vai analisar o oitavo bloco de investigados que foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

O julgamento ocorrerá no plenário virtual, modalidade na qual os ministros inserem os votos no sistema eletrônico da Corte e não há deliberação presencial. A votação vai até segunda-feira (26).

Desde o início das investigações, o STF abriu ações penais contra 1.245 acusados.

No total, foram apresentadas 1.390 denúncias pela PGR.

Cerca de 250 acusados continuam presos sob a acusação de agir como autores e instigadores dos atos.

A partir da próxima semana, o STF também vai começar as audiências de instrução dos processos. O gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos, será responsável pelas oitivas.

Serão ouvidas testemunhas de acusação, como policiais que atuaram para conter a depredação nas dependências do Supremo, do Congresso e do Palácio do Planalto. Os depoimentos serão conduzidos por juízes instrutores do gabinete de Moraes.

DVB Serviços de Blindagens S.A.

CNPJ/MF nº 33.919.795/0001-95

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial		Balanço Patrimonial			
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	5.601.235,98d	2.607.893,48d	Imobilizado	1.089.223,63d	148.143,84d
Ativo circulante	4.512.012,35d	2.459.749,64d	Imobilizado – aquisição	1.089.223,63d	148.143,84d
Disponibilidades	213.066,89d	75.844,74d	Passivo	5.601.235,98c	2.607.893,48c
Caixa geral	5.600,02d	1.466,22d	Passivo circulante	5.341.227,37c	2.607.893,48c
Depósitos bancários à vista	207.466,87d	74.378,52d	Obrigações do circulante	5.341.227,37c	2.941.959,19c
Créditos	1.164.557,19d	991.870,93d	Benefícios e encargos sociais – circulante	25.380,96c	6.336,25c
Adiantamentos	192.540,68d	144.973,21d	Fornecedores – circulante	4.073.025,24c	2.028.993,44c
Duplicatas a receber	673.606,67d	645.779,24d	Empréstimos ou financiamentos – circulante	1.234.000,00c	900.000,00c
Tributos a recuperar	151.450,16d	62.469,60d	Obrigações fiscais – circulante	8.821,17c	6.629,50c
Tributos a compensar	146.959,68d	138.648,88d	Patrimônio líquido	260.008,61c	334.065,71d
Estoques	3.134.388,27d	1.392.033,97d	Capital social	2.000.000,00c	0,00
Estoques de mercadorias	1.186.415,11d	888.334,47d	Capital realizado – de residente no país	2.000.000,00c	0,00
Estoques de produtos	1.947.973,16d	503.699,53d	Outras contas do patrimônio líquido	1.739.991,39d	334.065,71d
Ativo não circulante	1.089.223,63d	148.143,84d	Outras contas do patrimônio líquido	1.739.991,39d	334.065,71d

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- Contexto Operacional** – A DVB Serviços de Blindagens S.A., tem como objeto social preponderante, o serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.
- Apresentação das Demonstrações contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08 convertida em lei) que introduz, revoga e altera os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, bem como nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em termos gerais, a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09 contemplam as medidas e esforços para a harmonização das práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais de contabilidade.
- Patrimônio Líquido** – Capital Social: O capital social, no valor de R\$ 100.000,00, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As demais empresas do grupo possuem suas demonstrações contábeis devidamente apresentadas a secretaria da Receita Federal (SRF) registradas e com aprovação em ata específica estando a disposição dos sócios cotistas para consulta.

Marco Antônio Pereira de Abreu – Diretor

Francisco Norely Rodrigues de Lima – Contador – CRC 1SP 306.646/O-1

DVB Serviços de Blindagens S.A.

CNPJ/MF nº 33.919.795/0001-95

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial		Balanço Patrimonial			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	13.690.021,45d	5.601.235,98d	Imobilizado	206.720,87d	1.089.223,63d
Ativo circulante	13.483.300,58d	4.512.012,35d	Imobilizado – aquisição	206.720,87d	1.089.223,63d
Disponibilidades	307.937,16d	213.066,89d	Passivo	13.690.021,45c	5.601.235,98c
Caixa geral	10.851,49d	5.600,02d	Passivo circulante	12.888.972,26c	5.341.227,37c
Depósitos bancários à vista	297.085,67d	207.466,87d	Obrigações do circulante	12.888.972,26c	5.341.227,37c
Créditos	9.615.926,94d	1.164.557,19d	Benefícios e encargos sociais – circulante	53.260,28c	25.380,96c
Adiantamentos	352.234,67d	192.540,68d	Fornecedores – circulante	7.273.428,35c	4.073.025,24c
Duplicatas a receber	8.585.271,73d	673.606,67d	Empréstimos ou financiamentos – circulante	5.519.250,00c	1.234.000,00c
Tributos a recuperar	531.410,55d	151.450,16d	Obrigações fiscais – circulante	43.033,63c	8.821,17c
Tributos a compensar	147.009,99d	146.959,68d	Patrimônio líquido	801.049,19c	260.008,61c
Estoques	3.559.436,48d	3.134.388,27d	Capital social	2.000.000,00c	2.000.000,00c
Estoques de mercadorias	1.253.921,81d	1.186.415,11d	Capital realizado – de residente no país	2.000.000,00c	2.000.000,00c
Estoques de produtos	2.294.437,48d	1.947.973,16d	Outras contas do patrimônio líquido	1.198.950,81d	1.739.991,39d
Estoques (outros)	11.077,19d	0,00	Outras contas do patrimônio líquido	1.198.950,81d	1.739.991,39d
Ativo não circulante	206.720,87d	1.089.223,63d			

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- Contexto Operacional** – A DVB Serviços de Blindagens S.A., tem como objeto social preponderante, o serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.
- Apresentação das Demonstrações contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08 convertida em lei) que introduz, revoga e altera os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, bem como nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em termos gerais, a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09 contemplam as medidas e esforços para a harmonização das práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais de contabilidade.
- Patrimônio Líquido** – Capital Social: O capital social, no valor de R\$ 100.000,00, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As demais empresas do grupo possuem suas demonstrações contábeis devidamente apresentadas a secretaria da Receita Federal (SRF) registradas e com aprovação em ata específica estando a disposição dos sócios cotistas para consulta.

Marco Antônio Pereira de Abreu – Diretor

Francisco Norely Rodrigues de Lima – Contador – CRC 1SP 306.646/O-1

Cemig é condenada por alojamentos precários, com ratos e escorpiões

A Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) foi condenada em 26 ações por fornecer alojamento em condições precárias a trabalhadores contratados para obras de eletrificação em zonas rurais de municípios da região norte de Minas Gerais. A estatal está recorrendo em todas elas, no TRT-MG (Tribunal Regional do Trabalho), em Belo Horizonte.

Nos 26 processos, iniciados na Justiça do Trabalho em Montes Claros (norte de MG), sentenças determinaram que a empresa de energia pague indenizações por danos morais por disponibilizar imóveis não conservados. Em um deles, depoimentos dos trabalhadores apontam a presença de ratos e escorpiões nos alojamentos.

Os serviços foram contratados a partir de 2017 para serem realizados nas zonas rurais de cidades como São Francisco, São João das Missões e São Romão, com problemas detectados em todas elas, conforme o advogado Leonardo Maia Borborema, que defende parte dos trabalhadores.

A estatal, em seus recursos, argumenta que as contratações foram feitas por uma empresa terceirizada, a empresa RDX Empreendimentos Ltda., e que tomou conhecimento de problemas em alojamentos apenas em relação ao município de São Francisco, embora, segundo Borborema, os casos que levaram às ações tenham ocorrido em todos esses municípios.

Segundo a Cemig, a RDX foi contratada “para prestação de serviços de

construção em redes elétricas e linhas de distribuição de energia mediante o devido processo licitatório” e, quando a empresa “teve ciência da existência do alojamento em condições inadequadas, realizou inspeção in loco e constatou várias irregularidades”, notificou a prestadora de serviços e abriu processo administrativo.

“Logo depois, a empresa RDX fechou o alojamento e alocou os empregados em um hotel, de forma que a fiscalização do contrato existiu e foi efetiva em sanar as irregularidades”, afirma a empresa de energia.

A reportagem ligou em duas ocasiões para o telefone da RDX Empreendimentos em Montes Claros, onde ela tem sede registrada, mas não conseguiu contato.

Leonardo Augusto/Folhapress

Publicidade Legal

Refuá Participações S.A.

CNPJ nº 30.638.051/0001-04 - NIRE 35.300.518.578

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. acionistas da Refuá Participações S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 30.638.051/0001-04 ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29/06/2023, às 14 horas, de modo parcialmente digital, conforme orientações abaixo, sendo facultada a participação (I) por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital") ou (II) mediante comparecimento na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (II) o prejuízo da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2022; e (III) a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023, no montante de até R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais). **Informações Gerais: Participação na Assembleia:** A Assembleia será realizada de modo parcialmente digital, sendo facultada a participação (i) por meio da Plataforma Digital ou (ii) mediante comparecimento na sede social da Companhia, em ambos os casos pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. A apuração de votos dar-se-á durante a Assembleia, através da contagem dos votos realizados na própria Assembleia. Os resultados da apuração de votos serão divulgados durante a Assembleia pelo Presidente da Mesa. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Companhia informa que os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação e a serem discutidos na Assembleia, incluindo as cópias das publicações das demonstrações Financeiras, bem como demais documentação de apoio, foram disponibilizados aos Srs. nesta data (em conjunto com o envio do presente Edital de Convocação) e encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 20/06/2023. **Carlos Eduardo Martins** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 22 e 23/06/2023)

Multilaser Industrial S.A.

CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02 - Código CVM nº 02603-4 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - AGE em 21/07/2023

Convocamos os senhores acionistas da Multilaser Industrial S.A. ("Companhia"), a se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 21/07/2023, às 10h ("AGE"), de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento físico, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Examinar, discutir e aprovar o "Protocolo e Justificação da Incorporação da Expet Indústria e Comércio de Tapetes Ltda. pela Multilaser Industrial S.A.", celebrado em 19/06/2023 ("Protocolo e Justificação Incorporação Expet"), que contém todos os termos e condições da incorporação da Expet Indústria e Comércio de Tapetes Ltda. ("Expet") pela Companhia ("Incorporação Expet"); (ii) Ratificar a nomeação da empresa especializada Investor Consulting Partners Consultoria Ltda. ("Avaliadora") como responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da Expet a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação Expet"); (iii) Examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação da Expet, elaborado pela Avaliadora; (iv) Aprovar a Incorporação Expet, nos termos e condições do Protocolo e Justificação Incorporação Expet, sendo que tal transação não resultará em aumento de capital social da Companhia; (v) Examinar, discutir e aprovar o "Protocolo e Justificação da Incorporação Proinox Brasil Ltda. pela Multilaser Industrial S.A.", celebrado em 19/06/2023 ("Protocolo e Justificação Incorporação Proinox"), que contém todos os termos e condições da incorporação da Proinox Brasil Ltda. ("Proinox") pela Companhia ("Incorporação Proinox"), e, em conjunto com a Incorporação Expet, as "Incorporações"; (vi) Ratificar a nomeação da empresa especializada Investor Consulting Partners Consultoria Ltda. ("Avaliadora") como responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da Proinox a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação Proinox"); (vii) Examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação Proinox, elaborado pela Avaliadora; (viii) Aprovar a Incorporação Proinox, nos termos e condições do Protocolo e Justificação Incorporação Proinox, sendo que tal transação não resultará em aumento de capital social da Companhia; e (ix) Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação Expet e da Incorporação Proinox. **Considerações sobre a Ordem do Dia da AGE:** A administração destaca que a Expet Indústria e Comércio de Tapetes Ltda. ("Expet") e a Proinox Brasil Ltda. ("Proinox") são subsidiárias integrais da Companhia, de modo que seus resultados já são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Além disto, se aprovadas, as incorporações de tais sociedades não gerarão efeitos no patrimônio líquido consolidado da Companhia ou alteração no capital social da Companhia. As propostas de incorporação submetidas à aprovação dos acionistas representam meramente reorganização societária, que têm como intuito a simplificação da estrutura societária do Grupo Multi, a fim de racionalizar operações, otimizar a administração e minimizar despesas, sem qualquer efeito no capital social ou no patrimônio líquido consolidado da Companhia. **Instruções e Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGE será de forma digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM EASY VOTING, ou por meio de boletim de voto a distância. O acionista que desejar participar da AGE de forma digital deverá acessar o link previsto no Manual de Participação e Proposta da Administração e preencher os dados de cadastro para AGE da Companhia, até às 23h59 do dia 19/07/2023. Ao realizar o cadastro, o acionista deverá anexar todos os documentos necessários para participação na AGE, conforme descrito no Manual de Participação e Proposta da Administração da AGE disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. A Companhia avaliará os documentos e informações disponibilizados pelo acionista e, após aprovação do cadastro, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma através do e-mail cadastrado. Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista que regularize o seu cadastro pendente até às 10h do dia 20/07/2023 (inclusive). Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até as 18h da segunda-feira subsequente. **O login e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ao acessar o link acima, o acionista terá acesso ao "Manual da Plataforma – Participantes" para orientá-lo na realização do cadastro para AGE. A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores devidamente habilitados, dentro das 24 horas antes do início da AGE, um e-mail contendo o link, login, senha de acesso ("Link de Acesso") na Plataforma e Manual de Acesso com demais instruções necessárias à participação na AGE. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso à AGE são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista. **Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento e envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até às 23h59 do dia 19/07/2023) não poderão participar digitalmente da AGE.** O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itai Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação e Proposta da Administração disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("Boletim de Voto") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no Manual de Participação e Proposta da Administração para a AGE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução da CVM nº 81, de 29/03/2022 ("Resolução CVM 81"), no Manual de Participação e Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação e Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGE. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<https://ri.multilaser.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, do Manual de Participação e Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGE. SP/SP, 21/06/2023. **Eduardo Shakir Carone**, Presidente do Conselho de Administração. (21, 22 e 23/06/2023)

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 - NIRE 35.300.191.234

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de junho de 2023

Data, hora e local: 01/06/2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação:** dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Christian Max Finardi Squassoni; Secretário: Dullio de Oliveira Beneduzzi. **Deliberações tomadas por unanimidade:** a) **Reorganização Societária.** Aprovada a Cisão Parcial da Dock Soluções em Meios de Pagamento S.A., Parte Relacionada da Companhia, CNPJ/ME nº 08.744.817/0001-86 ("Dock Soluções"), com versão da parcela cindida do patrimônio em favor de Dock Instituição de Pagamento S.A., Parte Relacionada da Companhia, CNPJ/ME nº 13.370.835/0001-85 ("Dock IP"), bem como as Incorporações pela Dock IP da Payments Holding S.A., Parte Relacionada da Companhia, CNPJ/ME nº 26.917.126/0001-19 ("Payments Holding") e da Pam Jr Participações e Empreendimentos S.A., Parte Relacionada da Companhia, CNPJ/ME nº 19.374.544/0001-41 ("Pam Jr"), com consequente extinção das incorporadas. b) **Acordo de Acionistas.** Ratificada a assinatura de Acordo de Acionistas entre a Companhia e Sr. Antonio Soares em razão da Reorganização Societária. **Encerramento:** Nada mais a tratar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Soares Junior e Dock Tech LLC. Barueri/SP, 01/06/2023. **Mesa:** Christian Max Finardi Squassoni – Presidente; Dullio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 246.451/23-3 em 16/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Refuá Participações S.A.

CNPJ nº 30.638.051/0001-04 - NIRE 35.300.518.578

Edital de Convocação de 2ª Chamada - AGE em 26/06/2023 às 14hs

Uma vez que a Assembleia Geral Extraordinária da Refuá Participações S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 30.638.051/0001-04 ("Companhia"), convocada para 19/06/2023, não foi instalada em razão de ausência de quórum para sua instalação, ficam convocados os Srs. acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 26/06/2023, às 14hs horas, de modo parcialmente digital, conforme orientações abaixo, sendo facultada a participação (i) por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital") ou (ii) mediante comparecimento na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, Conjunto 41, Anexo: Parte, Bairro Bela Vista, CEP 01311-934, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **1.** aumentar o capital social da Companhia mediante: **1.1.** a criação de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com características, preferências e vantagens referentes a dividendos, preferência em liquidação, preferência no recebimento de recursos e conversão, descritas no Edital de Convocação e no Manual para Participação dos Acionistas e Proposta da Administração, enviados por e-mail para cada um dos acionistas. **1.2.** a emissão de 189.537 ações preferenciais da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 383,55044133863, no montante total de R\$ 72.697.000,00, a serem totalmente subscritas, e integralizadas até 31/12/2023. Em virtude desta emissão, o capital social da Companhia passaria de R\$ 244.591.497,82 para R\$ 317.288.497,82, dividido em (i) 1.491.059 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 189.537 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Representando, portanto, um aumento no capital social de R\$ 72.697.000,00. **2.** se aprovado o aumento de capital nos termos do item 1 acima, abertura do prazo para exercício do direito de preferência, pelos acionistas, na subscrição das ações preferenciais emitidas. **3.** se não aprovado o aumento de capital descrito no item 1 acima, aumentar o capital social da Companhia nos termos da Cláusula 6 do Acordo de Acionistas, no valor de R\$ 72.697.000,00, mediante a emissão de 72.697.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00, sendo certo que este número de ações a serem emitidas e o preço de emissão por ação consideram como referência os resultados mensais de maio de 2022 a abril de 2023 e que, como nos termos da Cláusula 6 do Acordo de Acionistas, devem ser considerados os resultados mensais dos últimos 12 meses e o resultado de maio de 2023 será fechado entre a presente data e a data da realização da assembleia, a depender do resultado de maio de 2023 o preço de emissão por ação e, consequentemente, o número de ações emitidas, podem ser ajustados, tudo nos termos da Cláusula 6.6 do Acordo de Acionistas. Se aprovado o aumento de capital nos termos deste item 3, abertura do prazo para exercício do direito de preferência, pelos acionistas, na subscrição das ações ordinárias emitidas. **4.** se aprovado o aumento de capital social previsto nos termos do item 1 acima ou nos termos do item 3 acima, a consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a respectiva deliberação. **5.** autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações que sejam aprovadas. **Informações Gerais: Participação na Assembleia:** A Assembleia será realizada de modo parcialmente digital, sendo facultada a participação (i) por meio da Plataforma Digital ou (ii) mediante comparecimento na sede social da Companhia, em ambos os casos pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. A apuração de votos dar-se-á durante a Assembleia, através da contagem dos votos realizados na própria Assembleia. Os resultados da apuração de votos serão divulgados durante a Assembleia pelo Presidente da Mesa. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Companhia informa que os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação e a serem discutidos na Assembleia, incluindo o Manual para Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração, bem como demais documentos de apoio, foram disponibilizados aos Srs. nesta data (em conjunto com o envio do presente Edital de Convocação) e encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 20/06/2023. **Carlos Eduardo Martins** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 22/06/23)

Hindiana Gestão e Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 06.303.908/0001-50 - NIRE 35.219.060.427

Ata de Reunião de Quotistas Realizada em 30 de abril de 2023

1. Data, hora e local: 30/04/2023, 10hs, na sede social, com registro na JUCESP/NIRE nº 35.219.060.427. **2. Comparecimento:** Presentes os quotistas representando a totalidade do capital social, a saber: (i) **Alfredo Egidio Arruda Villela Filho**, brasileiro, casado, engenheiro; e (ii) **Daniel Vieira da Costa**, brasileiro, casado, economista, ambos com domicílio profissional em São Paulo/SP. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades. **4. Mesa:** **Alfredo Egidio Arruda Villela Filho**, presidente; **Daniel Vieira da Costa**, secretário. **5. Ordem do dia:** (i) com base no inciso II do artigo 1.082 do Código Civil Brasileiro, aprovação da redução de capital social da Sociedade, por considerar excessivo ao objeto social, mediante a restituição de créditos detidos pela Sociedade, os quais serão repassados ao sócio; (ii) alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social da sociedade a fim de refletir a redução de capital proposta; e (iii) outros assuntos. **6. Deliberações tomadas por unanimidade:** 6.1. Com base no inciso II do artigo 1.082 do Código Civil Brasileiro, decidem os sócios aprovar a redução do capital social da Companhia, por considerar excessivo ao objeto social, no montante de R\$ 150.280.420,00, passando o capital social de R\$ 355.020.350,00 para R\$ 204.739.930,00, mediante a restituição de R\$ 0,47 ao sócio Alfredo Egidio Arruda Villela Filho, em moeda corrente nacional, bem como de diversos créditos detidos pela Sociedade e repassados ao sócio Alfredo Egidio Arruda Villela Filho, em diversas empresas, tais como: 6.1.1. **Investimentos** no valor total de R\$ 109.015.134,56 detidos contra: i) 113.999.999 ações representativas do capital social da **Alpe Intermediação de Negócios S.A.**, inscrita no CNPJ/ME nº 28.494.032/0001-00 e NIRE 35.300.507.878, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 92, 9º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000 ("Alpe") no valor contábil de R\$ 109.014.134,56 detidos pela Sociedade contra a **Alpe**; e ii) 100.000 quotas representativas do capital social da **yHub Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME nº 22.965.103/0001-29 e NIRE 35.232.296.668, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Avenida Santo Amaro, nº 48, conjunto 92, Sala A, 9º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000 ("yHub"), no valor contábil de R\$ 1.000,00 detidos pela Sociedade contra a **yHub**. 6.1.2. **Crédito oriundo de AFAC** no valor de R\$ 41.265.284,97 detidos pela Sociedade contra a **Alpe**, acima qualificada. 6.2. O sócio Daniel Vieira da Costa renuncia expressamente ao direito de preferência na restituição dos créditos detidos pela Sociedade em favor do sócio **Alfredo Egidio Arruda Villela Filho**, nos termos do item 6.1 acima. 6.3. Determinar que a redução de capital social tratada no item 6.1 acima ocasionará o cancelamento proporcional do número de quotas representativas do capital social da Sociedade, mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada quotista no capital social da Sociedade. 6.4. Aprovam a alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social da empresa a fim de refletir a redução de capital social ora aprovada, conforme item 6.1 supra, a qual passará a ter a seguinte redação: **Cláusula 5ª:** O capital social é de R\$ 204.739.930,00, representado por 204.739.930 quotas sociais, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: **Sócios:** Alfredo Egidio Arruda Villela Filho; **Quotas:** 204.739.929; **Valor:** R\$ 204.739.929,00. **Sócios:** Daniel Vieira da Costa; **Quotas:** 1; **Valor:** R\$ 1,00. **Total de Quotas:** 204.739.930; **Valor:** R\$ 204.739.930,00. **Parágrafo Primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, pelo que estes não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. **Parágrafo Segundo:** As quotas sociais são indivisíveis perante a Sociedade e a cada quota corresponde um voto nas deliberações sociais, respeitados os quóruns específicos fixados neste contrato e na Lei. 6.5. Fazer constar que a redução de capital social da Sociedade aprovada pelos quotistas nesta Assembleia só se tornará efetiva após o implemento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: (a) publicação da presente ata; e (b) decurso do prazo de 90 dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 1.084, §2º, do Código Civil. **7. Aprovação e assinaturas:** Oferecida à palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo prazo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. São Paulo, 30/04/2023. Mesa: Alfredo Egidio Arruda Villela Filho, Presidente; Daniel Vieira da Costa, Secretário.

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 - NIRE 35.300.191.234

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2023

Data, Hora e Local: 30/05/2023, às 14h00, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Christian Max Finardi Squassoni; e Secretário: Sr. Dullio de Oliveira Beneduzzi. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) **Outorga de Garantia.** Fica aprovada a outorga de garantia pela Companhia para adimplência de obrigação contratual da **Cacao Paycard Solutions, S.A.**, sociedade pertencente ao Grupo Econômico da Companhia, regularmente constituída de acordo com as leis do México, registrada perante o Registro Público de Comércio da Cidade do México sob o nº N-2017024975, ("Cacao") perante seu sublocador o **PB Admon, S.A. DE C.V.**, sociedade regularmente constituída de acordo com as leis do México, registrada perante o Registro Público Propriedade e Comércio da Cidade do México sob o nº N-2017095736 ("Sublocador") no pagamento de seus aluguéis na qualidade de garantidora subsidiária da Cacao, nos termos do instrumento *Corporate Letter or Financial Guarantee* ("Carta Garantia"). (ii) **Adoção de Medidas.** Autorizada a adoção pela Companhia e por sua Diretoria dos atos necessários à implementação do deliberado no item anterior. **Encerramento:** Nada mais a tratar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Soares Junior e Dock Tech LLC. Barueri/SP, 30/05/2023. **Mesa:** Christian Max Finardi Squassoni – Presidente; **Dullio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 238.266/23-0 em 14/06/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Em dia de Copom, dólar cai 0,59% com exterior e fluxo para a bolsa



O dólar à vista encerrou a sessão da quarta-feira, 21, em queda de 0,59%, cotado a R\$ 4,7678, com mínima a R\$ 4,7628 ao longo da tarde, em meio a máximas do Ibovespa e ao aprofundamento das perdas da moeda americana no exterior. Operadores voltaram a relatar entrada de recursos estrangeiros para a bolsa doméstica diante de sinais de crescimento mais forte da economia brasileira neste ano. Esperava-se que o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciasse ontem à noite manutenção da taxa Selic em 13,75%, mas abra a porta para o início de um ciclo de cortes a partir do segundo semestre.

Lá fora, o índice DXY – termômetro do comportamento da moda americana em relação seis divisas fortes – renovou mínimas à tarde e flertou com o rompimento do 102,000 pontos, com ganhos expressivos frente ao euro, na esteira de falas mais duras de dirigentes do Banco Central Europeu (BCE). O índice de preços ao consumidor (CPI) no Reino Unido subiu 8,7% em maio (leitura anual), acima da previsão (8,4%). O dólar também caiu na comparação com a maioria das divisas emergentes e de países exportadores de commodities, em dia de alta das cotações do petróleo. O contrato do tipo Brent para agosto subiu 1,61%, a US\$ 77,12 o barril.

“O real se aprecia com essa tendência de dólar mais fraco no exterior. Ainda há dúvidas sobre os próximos passos do Fed, que parece aguardar mais dados para saber se volta a elevar os juros. Por enquanto, o mercado continua com apetite por moedas emergentes”, afirma o gerente de câmbio da Trevisu Corretora, Reginaldo Galhardo.

IstoÉDinheiro

Refuá Participações S.A.

CNPJ/MF nº 30.638.051/0001-04

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Errata

Na publicação das Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inseridas neste jornal em suas versões Impressa e Digital, ambas na edição de 06 de maio de 2023, por equívoco, deixou de constar na mesma o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Assim sendo, segue abaixo a redação na íntegra do mesmo, o qual, para todos os efeitos legais, deve ser considerado como parte integrante das publicações acima descritas.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Cotistas da Refuá Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Refuá Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Refuá Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$145.370 em virtude das obrigações de curto prazo com compromissos a pagar por aquisições de empresas e não cumprimento de índices financeiros dos contratos de empréstimos e debêntures, que ocasionaram em reclassificação de uma parcela das obrigações de longo prazo para curto prazo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, além do waiver obtido dos credores em relação ao não cumprimento dos índices conforme nota explicativa nº 31, a Companhia conta, se necessário, com o compromisso de aporte pelo seu controlador para liquidar essas obrigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável

de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 3 de maio de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/0-8

Daniilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1SP 278.829/0-3

Deloitte.**CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiografia S.A.**

CNPJ/MF nº 50.252.998/0001-90

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Errata

Na publicação das Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inseridas neste jornal em suas versões Impressa e Digital, ambas na edição de 06 de maio de 2023, por equívoco, deixou de constar na mesma o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Assim sendo, segue abaixo a redação na íntegra do mesmo, o qual, para todos os efeitos legais, deve ser considerado como parte integrante das publicações acima descritas.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Cotistas da

CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$145.459 em virtude das obrigações de curto prazo com compromissos a pagar por aquisições de empresas e não cumprimento de índices financeiros dos contratos de empréstimos e debêntures, que ocasionaram em reclassificação de uma parcela das obrigações de longo prazo para curto prazo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, além do waiver obtido dos credores em relação ao não cumprimento dos índices conforme nota explicativa nº 31, a Companhia conta, se necessário, com o compromisso de aporte pelo seu controlador para liquidar essas obrigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo suas divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de maio de 2023.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/0-8

Daniilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1SP 278.829/0-3

Deloitte.**Dierberger Agrícola S.A.**

CNPJ nº 51.462.349/0001-86 - NIRE 3530006269-8

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os senhores acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 30/06/23, às 10h, na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita/SP, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Alteração da redação parcial do Estatuto Social; **b)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/21 e 31/12/22; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Achrom-se à disposição dos senhores acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 22/06/23. **João Andreas Dierberger**, Diretor Presidente. (22, 23 e 24/06/2023)

VIAÇÃO GRAJAÚ S.A.

CNPJ/MF nº 32.238.981/0001-04 - NIRE: 35.300.529.235

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data e Horário e Local: Aos 30/05/2022, às 15 horas, sede social. **Convocação:** Dispensada. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Mesa:** Sr. Francisco Pinto - Presidente; e Edson Gonçalves - Secretário. **Ordem do Dia:** (i) Aprovação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) Outros assuntos do interesse social. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, deliberou-se: (i) Aprovar as demonstrações financeiras e balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021, devidamente publicadas no jornal Data Mercantil em edição de 28/05/2022 nas versões impressa e digital. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Acionista presente: Viação Cidade Dutra Ltda. Representada por seu administrador Francisco Pinto. São Paulo, 30 de maio 2022. Francisco Pinto - Presidente da Mesa, Edson Gonçalves - Secretário da Mesa. Jucesp - registrada sob o numero 293.385/22-1 em 09/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIAÇÃO GRAJAÚ S.A.

CNPJ/MF nº 32.238.981/0001-04 - NIRE: 35.300.529.235

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data e Horário e Local: Aos 30/04/2023, às 15 horas, sede social. **Convocação:** Dispensada. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Mesa:** Sr. Francisco Pinto - Presidente; e Edson Gonçalves - Secretário. **Ordem do Dia:** (i) Aprovação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) Outros assuntos do interesse social. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, deliberou-se: (i) Aprovar as demonstrações financeiras e balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022, devidamente publicadas no jornal Data Mercantil em edição de 28/04/2023 nas versões impressa e digital. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Acionista presente: Viação Cidade Dutra Ltda. Representada por seu administrador Francisco Pinto. São Paulo, 30 de abril de 2023. Francisco Pinto - Presidente da Mesa, Edson Gonçalves - Secretário da Mesa. Jucesp - registrada sob o numero 235.521/23-1 em 07/06/2023. Maria Csritina Frei - Secretária Geral.

Coopram – Cooperativa dos Produtores da Região Meridional do Brasil

CNPJ/ME nº 25.089.016/0001-43 - NIRE 35.400.175.648

Edital de Convocação

A Coopram – Cooperativa dos Produtores da Região Meridional do Brasil, com sede na Cidade de Atibaia/SP, na Rua Yunes Demetrio Sabbag, 244 sala 1 Jardim Alvinópolis - CEP 12.943-260, com registro na JUCESP sob NIRE 3540017564-8 em data de 28/06/2016, inscrita no CNPJ 25.089.016/0001-43, através de sua Diretoria, devidamente representada por sua Presidente, **Alice Aparecida dos Santos**, convoca os associados da **Cooperativa**, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na sede da Cooperativa, às 15hs00, do dia 05 de julho de 2023, com a seguinte ordem do dia: 1. Reeleição da diretoria; 2. Outros assuntos de interesse da cooperativa. Atibaia/SP, 21 de junho de 2023. **Alice Aparecida dos Santos** – Diretor(a) Presidente.

comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 4,7789 / R\$ 4,7795 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,7660 / R\$ 4,7680 *

Turismo - R\$ 4,8600 /

R\$ 4,9600

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,60%

Negócios

Após ciberataque, empresas sofrem queda média de 7,5% nas ações e apenas 30% se recuperam bem um ano depois



Quando uma tentativa de ataque cibernético a uma empresa de capital aberto é bem-sucedida e vem a público, o efeito é instantâneo: o preço das ações da companhia cai vertiginosamente, não importa se a tendência anterior era de alta ou de baixa, e a queda média chega a 7,5% do valor, juntamente com uma perda média de capitalização de mercado que chega a US\$ 5,4 bilhões, segundo estudo publicado pela Harvard Business Review em maio deste ano. O que as análises gráficas desses casos mostram de ainda mais alarmante é que o impacto sobre o valor de mercado das empresas atacadas é não só de curto, como de médio prazo. Um levantamento deste mês, reunindo dados recentes de

vários estudos internacionais, feito pelo Security Design Lab (SDL) – rede global de pesquisa e desenvolvimento de cibersegurança com operação na América do Sul e Europa – destaca que a maior queda nas ações ocorre não no primeiro ou segundo dia, mas geralmente no 59º dia após o ataque, segundo publicou em outubro de 2022 o Morningstar Sustainalytics e, um ano depois, 7 entre cada 10 empresas nessa situação ainda têm dificuldades em se recuperar e alcançar os níveis dos seus respectivos setores de atuação.

Segundo Paulo Moura, co-fundador do SDL na França, é notável a diferença na velocidade de recuperação ao se comparar o nível de conformidade das empresas com as melhores práticas, políticas

de segurança e Lei Geral de Proteção de Dados. “Vemos que as que estão mais avançadas em medidas preventivas e reativas e investem mais em segurança cibernética e compliance mantiveram o ritmo de seu benchmark do setor um ano depois dos ciberataques. Por outro lado, aquelas com menor nível de conformidade tiveram um desempenho significativamente inferior, com movimentos ascendentes tímidos. Os investidores ficam bem mais cautelosos para investimentos de longo prazo nessas companhias”, afirma. Moura conta que, em média, o declínio máximo de empresas com baixo nível de conformidade chega a ser 62% maior em comparação ao grupo de empresas com altos índices de conformidade.

Biznews

Vaca é vendida por preço recorde em leilão e eleva patamar do gado de elite no país

A venda de um terço de uma vaca num leilão realizado na última sexta-feira (16) bateu recorde mundial e confirmou a elevação dos preços de gado de elite comercializados no Brasil a patamares milionários. Com o valor de venda, R\$ 6,993 milhões, o preço total do animal pode chegar a cerca de R\$ 21 milhões.

O negócio foi fechado num leilão HRO Experience Embryo, em Arandu (SP), e envolveu a vaca Viatina-19 FIV Mara Móveis, que já era um dos animais da raça nelore mais caros comercializados em leilões.

Em 2022, durante a Expozebu, principal evento da pecuária do país e que acontece em Uberaba, metade da vaca tinha sido vendida por

R\$ 3,99 milhões (R\$ 4,17 milhões, atualizados pela inflação), o que indica um valor total, em valores corrigidos, de R\$ 8,34 milhões.

A posse do animal era compartilhada desde o leilão do ano passado na cidade mineira entre dois sócios, Casa Branca Agropastoril e Agropecuária Napemo, que decidiram comercializar um terço do animal no leilão da última sexta. Viatina-19 FIV Mara Móveis tem 53 meses e é considerada uma das melhores vacas nelore da história.

A compra do animal foi feita pela Nelore HRO, de Arandu, que passou a ser sócio da Casa Branca e da Napemo, de Uberaba (que havia comprado metade da vaca no ano passado). Serão pagas 30 parcelas de R\$ 233.100.

Marcelo Toledo/Folhapress



Kindle e Echo Dot terão descontos de até 40% no Prime Day da Amazon



A Amazon marcou sua campanha de descontos Prime Day para os dias 11 e 12 de julho. A promoção baixará preços de dispositivos da empresa, como Kindle e Echo Dot, em até 40%, em 25 países, Brasil incluso.

Pagamentos via Pix e boleto terão desconto extra de 10%, segundo fala do diretor-geral de Dispositivos Amazon, Jacques Benain, em evento de lançamento da campanha. O adaptador para SmartTV Fire TV Stick, o controle remoto por voz e a tela inteligente Echo Show, integrada com Alexa, também estão na categoria.

Apenas os assinantes do Amazon Prime têm acesso

aos preços especiais. O pacote de assinaturas oferece entrega grátis e acesso às plataformas Prime Video, Reading, Gaming e Amazon Music. Produtos para casa inteligente, como lâmpadas, também estarão em oferta.

Em 2022, o desconto para Kindle ficou em 23% (R\$ 349 para R\$ 269) e para Echo Dot (R\$ 249), em 38%.

Não clientes podem fazer o teste gratuito do Amazon Prime, com duração de 30 dias, e ter acesso às ofertas.

No Prime Video, os títulos para aluguel terão descontos de até 50% para assinantes do Amazon Prime. Membros também terão acesso gratuito a versão sem limites do Amazon Music por quatro meses.

O Prime Gaming também liberará um jogo gratuito por semana até o próximo dia 12. “Prey”, “Baldur’s Gate II”, “Shovel Knight: Showdown” e Star Wars: The Force Unleashed” serão os títulos promocionais.

O Prime Reading ganhou novos livros, como os best-sellers “Duna”, de Frank Herbert, “Eu e Esse Meu Coração”, de C.C. Hunter, e o clássico da literatura “1984”, de George Orwell.

Durante o Prime Day, a Amazon também disponibilizará uma lista online com curadoria de melhores produtos vendidos por pequenos e médios negócios hospedados no marketplace.

Folhapress